

PROPOSTA PARA UMA DISCIPLINA DE ECONOMIA PORTUGUESA ABERTA À PLURIDISCIPLINARIDADE

ROGÉRIO ROQUE AMARO*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo filia-se no relatório apresentado a concurso para professor associado do II grupo de disciplinas (Economia) do ISCTE, sobre a disciplina de Economia Portuguesa, incluída como matéria obrigatória no 2.º ano do actual plano de estudos da licenciatura em Sociologia do ISCTE (aprovado pela portaria n.º 680/86, de 13 de Novembro), retomando as partes centrais desse relatório.

As razões da escolha da referida disciplina radicam em vários factores, dos quais destacamos os seguintes:

a) Em 13 anos de vida académica profissional (9 de efectivo serviço docente, se se excluir 4 anos de equiparação a bolseiro) por várias vezes leccionámos uma disciplina de Economia Portuguesa, nomeadamente como responsável pela sua criação e/ou coordenação: logo em 1974-1978 no primeiro ano como docente, quer no ISCTE (no 3.º ano do então bacharelato em Economia), quer na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (criando, pela primeira vez, uma tal disciplina na licenciatura em Economia¹; em 1981-1983, no ISCTE na então disciplina optativa (do 5.º e do 4.º ano respectivamente) da licenciatura em Sociologia em 1986-1987, também no ISCTE no 4.º ano da licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, numa fase de transição da respectiva estrutura curricular.

Para além disso, são de referir as várias «incursões» na economia portuguesa exigidas pelos objectivos de outras disciplinas que também leccionámos, tais como: Questões Agrárias

* CIDEC/ISCTE.

(1975-1976), Modelos e Políticas de Desenvolvimento Económico e Economia Política do Desenvolvimento (vários anos) e Economia Regional (1986-1987).

A experiência deste modo acumulada poderá servir para melhor enquadrar a contribuição que uma análise e reflexão sobre a economia portuguesa pode dar às licenciaturas existentes actualmente no ISCTE, neste caso particular no que se refere à de Sociologia, tendo em conta o que se menciona a seguir.

b) Na reestruturação do plano de estudos da licenciatura de Sociologia do ISCTE (entrado em vigor no ano lectivo de 1986-1987, de forma progressiva), foi reconhecida a importância da Economia Portuguesa, como matéria obrigatória, o que só tinha acontecido no plano de estudos de 1976-1977, passando, a partir do ano lectivo de 1977-1978 e até 1984-1985, a integrar o leque das disciplinas (anuais) de opção.

A reintrodução da Economia Portuguesa como disciplina obrigatória na licenciatura de Sociologia deve-se ao reconhecimento da contribuição que a análise das estruturas e dos mecanismos de funcionamento da economia portuguesa pode (e deve) dar à observação sociológica da sociedade portuguesa e dos comportamentos das classes, grupos sociais e/ou agentes que nela se movem. Contribuição tanto mais apreciada quanto mais se realçou a importância de o futuro sociológico conhecer e reflectir a própria sociedade onde está inserido, retomando e reavaliando as suas referências teóricas à luz desse vaivém com a realidade onde mergulha.

Só por isso, acrescidas são as responsabilidades da Área de Economia, devendo «oferecer» uma análise da economia portuguesa que vise particularmente aqueles objectivos, sem perder de vista a sua própria especificidade e natureza económica.

c) Neste contexto, fomos incumbidos, por proposta da Área de Economia do ISCTE, ratificada pelo Conselho Científico, de criar a referida disciplina, a funcionar pela primeira vez no ano lectivo de 1987-1988 (primeiro em que o novo 2.º ano da licenciatura é implementado), coincidindo essa incumbência com a preparação do concurso para professor associado.

Parece-nos portanto perfeitamente justificada a eleição desta disciplina nos termos enunciados no início, proporcionando uma ocasião adequada para a reflexão do seu papel no plano de estudos onde se integra, tendo em vista a definição do seu objecto e conteúdo em função dos objectivos citados e considerando ainda o seu «trajecto histórico» no ISCTE.

Pretende-se ainda aproveitar esta oportunidade para contribuir para um *reposicionamento interdisciplinar* da Economia Portuguesa, procurando-se, para isso, maximizar as vantagens que resultam da sua presença

numa escola superior com as características do ISCTE, nomeadamente no que se refere às articulações possíveis, horizontes e verticais, com as outras disciplinas de outras áreas científicas.

Temos, no entanto, consciência do risco corrido, uma vez que a Economia Portuguesa é frequentemente considerada como uma disciplina «menor», por eminentemente empírica e aplicada, sem estatuto teórico.

Que pode não ser assim e que as matérias incluídas numa tal disciplina podem integrar sistemas teóricos mais gerais é um dos desafios a que nos propomos responder com o programa proposto.

Neste sentido, este artigo (retomando a lógica do referido relatório) percorre 5 pontos:

- Algumas observações sobre o estatuto universitário da disciplina de Economia Portuguesa;
- Do ensino da Economia Portuguesa no ISCTE;
- A disciplina de Economia Portuguesa na estrutura curricular actual da licenciatura em Sociologia do ISCTE;
- Objecto e conteúdo da disciplina proposta e articulação com outras disciplinas;
- Programa

2. **ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTATUTO UNIVERSITÁRIO DA DISCIPLINA DE ECONOMIA PORTUGUESA**²

A inclusão de algumas reflexões sobre o estatuto universitário da disciplina de Economia Portuguesa ficou a dever-se a alguns resultados obtidos com a pesquisa que desenvolvemos no sentido de conhecer outros programas de Economia Portuguesa existentes, actualmente ou no passado, em licenciaturas congéneres ou afins daquela onde se integra a que aqui se propõe, tendo em vista o eventual estudo comparado dos respectivos conteúdos e lógicas.

Dessa pesquisa recolhemos alguns elementos interessantes sobre a história da presença da disciplina de Economia Portuguesa nalguns cursos superiores (predominantemente em Lisboa, a que, por razões de tempo, se confinou o nosso levantamento), deles se dando aqui a devida conta, dada a sua contribuição para a reflexão visada neste relatório.

Não se aprofundou contudo muito este ponto, nem a apresentação sistemática do estudo comparado dos programas recenseados, não só por insuficiência de elementos³, como também porque não era nosso objectivo um tratamento aprofundado do problema, limitando-nos a situar pontos de referência externos (noutras universidades e/ou noutros cursos) para a reflexão sobre o programa proposto.

Antes de mais, historicamente, cabe aqui uma referência ao «decano» (em matérias económicas ou afins) Instituto Superior de Economia de Lisboa, cuja origem remonta à Aula do Comércio, fundada em 1759 e que, após várias mudanças de nome e estatuto, vem a converter-se, em 1911, no Instituto Superior do Comércio, alterando posteriormente, em 1930, o nome para Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), quando passou a integrar a Universidade Técnica de Lisboa (criada nesse ano pelo ISCEF, Escola Superior de Medicina Veterinária, Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico)⁴.

No plano de estudos, aprovado em 27 de Outubro de 1931, para o curso superior de Ciências Económicas e Financeiras não figura nenhuma disciplina com a designação de Economia Portuguesa, surgindo, no entanto, como próxima, a 13.^a cadeira de «Geografia Económica de Portugal e Suas Colónias. Administração Colonial», presente no 2.^o ano das quatro secções então existentes.

Com a profunda remodelação curricular ocorrida em 1949 passaram a existir os cursos de Economia e Finanças, a cujo elenco de cadeiras pertenciam as de Geografia Económica Portuguesa (6.^a) e de Economia e Administração Coloniais, mais tarde Ultramarinas (7.^a cadeira), que se podem considerar na linha da anteriormente referida.

Estas disciplinas funcionaram como antecessoras da Economia Portuguesa, introduzida no plano de estudos de 1967-1968 (como 7.^a cadeira, substituindo a de Economia e Administração Cononiais), no 5.^o ano de Economia (mas não aparecendo no de Finanças), continuando, no entanto a ser precedida por Geografia Económica Portuguesa (no 1.^o ano comum dos dois cursos). Note-se que se tratava, na altura, de uma cadeira constituída exclusivamente por aulas teóricas.

Nos anos lectivos seguintes continua presente no plano de estudos da licenciatura de Economia, no 4.^o ano, em 1970-1971, e no 5.^o ano, entre 1971-1972 e 1973-1974, voltando, em 1975-1976, ao 4.^o ano com a designação de Problemas Económico-Sociais da Formação Social Portuguesa.

A partir de 1976-1977 e até 1986-1987 deixa de aparecer com as designações anteriores, integrando-se a análise da economia portuguesa na cadeira de Estudos Aplicados de Economia II.

Entretanto, no curso de Finanças (posteriormente, em 1972, transformado no de Organização e Gestão de Empresas, passando o ISCEF a designar-se por Instituto Superior de Economia), não aparece a disciplina de Economia Portuguesa (mas sim a de Política Económica Portuguesa, no 5.^o ano), a não ser a partir de 1978-1979, surgindo como cadeira semestral no 4.^o e 5.^o ano, fixando-se no 4.^o ano (como anual) no plano de estudos aprovado pela portaria n.^o 198/86, de 9 de Maio (em extinção progressiva até 1989-1990, inclusive).

Actualmente, nos novos planos de estudos, fixados pela portaria n.^o 567/86, de 1 de Outubro, que entrou em vigor (de forma progressiva) no ano lectivo de 1986-1987, regista-se a criação de um Seminário Interdis-

ciplinar sobre Economia Portuguesa, no 5.º ano da licenciatura de Economia, não figurando na de Gestão (designação que substitui a anterior de Organização e Gestão de Empresas).

Alguns aspectos são de assinalar.

Em primeiro lugar, a *permanência de uma preocupação de estudar a realidade económica portuguesa*, ainda que durante várias décadas hipotecada à perspectiva geográfica, o que poderá ter a ver com o surgimento tardio de estudos e análises consistentes e fundamentados sobre a economia portuguesa, pois, mau-grado os esforços pioneiros de autores como José de Araújo Correia⁵ e outros escrevendo nomeadamente, entre os anos 30 e 50, na Revista do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística e na Revista de Economia, tal só vem a acontecer, de forma sistemática, a partir de finais dos anos 50, graças, por um lado, aos estudos preparatórios dos planos de fomento (ainda que de início muito precários) e, por outro, à produção de vários autores, uma coisa não estando obviamente desligada da outra.

Entre as obras que mais influenciaram várias gerações de estudantes formados no ISCEF (entre os quais nós próprios), arriscamo-nos a assinalar as seguintes, verdadeiros marcos amparando os primeiros passos da análise da economia portuguesa:

- ALMEIDA, Carlos
BARRETO, António — *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Prelo Editora, Porto, 1970.
- *ANÁLISE SOCIAL*, n.ºs 7-8 (vários autores)
- CASTRO, Armando — *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1970.
- CASTRO, Armando — Curso sobre a evolução da sociedade portuguesa do fim da monarquia (1910) até 1970 (texto policopiado, edição da Associação de Estudantes do ISCEF, 1970-1971).
- MOURA, F. Pereira
PINTO, L. M. Teixeira
NUNES, M. Jacinto — «Estrutura da economia portuguesa», separata n.º 14 da *Revista do Centro de Estudos de Economia do INE*, 1954.
- MOURA, F. Pereira — «Estagnação ou crescimento da economia portuguesa?», ed. anexa à *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 26, 1956.
- MOURA, F. Pereira
PINTO, L. M. Teixeira — *Problemas do Crescimento Económico Português*, A. I. P., 1958.

- MOURA, F. Pereira — Por onde vai a economia portuguesa?», *Seara Nova*, Lisboa, 1973.
- MURTEIRA, Mário — *O Problema do Desenvolvimento Económico Português*, Moraes ed., Lisboa, 1974.
- PEREIRA, J. M. — *Pensar Portugal Hoje*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1971.

Em segundo lugar, a hesitação entre atribuir à Economia Portuguesa um estatuto próprio ou integrá-la em cadeiras mais aplicadas ou onde a realidade económica portuguesa servisse de aplicação às teorias aí ministradas.

Finalmente, o facto de, no plano de estudos actualmente em implementação para a licenciatura em Economia, se ter optado por um Seminário Interdisciplinar sobre Economia Portuguesa, com programa ainda desconhecido, mas onde o adjectivo *interdisciplinar* apostado à expressão «Seminário» parece augurar uma recusa interessante de uma análise meramente económica (ou economicista?) da economia portuguesa, o que não pode deixar de ser realçado, sobretudo no contexto interdisciplinar em que se pretendeu integrar este relatório, atendendo aos objectivos, objecto e conteúdo esperados e propostos para a disciplina nele apresentada.

Quanto à licenciatura em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, estruturada, de maneira diferente da do ISE, em unidades de crédito, distribuídas por semestres de Inverno e Primavera, figura, no respectivo elenco de cadeiras, um Seminário de Economia Portuguesa (identificado com o n.º 290) como disciplina obrigatória do semestre de Primavera, correspondendo a 3,5 unidades de crédito e surgindo, pelo jogo das precedências, na parte final da licenciatura.

O programa previsto para 1987-1988 inventaria um conjunto de temas, abordados sob a forma de conferências.

Muito semelhante é a situação da disciplina de Economia Portuguesa constante do plano de estudos da licenciatura em Economia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, também estruturada em unidades de crédito, distribuídas por semestres.

A referida disciplina aparece na parte final do curso (pelo jogo das precedências), como cadeira de 2.º semestre, totalizando 3,5 unidades de crédito e o seu programa também se baseia na apresentação de temas de economia portuguesa sob a forma de duas exposições teóricas por semana, com o apoio de uma aula prática semanal.

Verifica-se portanto que, nos cursos de Economia ministrados nas três universidades de Lisboa referidas, figura sempre uma disciplina cujo objecto é a análise da economia portuguesa⁶, mesmo que não apresente a designação de Economia Portuguesa, o que não deixa de revelar a importância de, nos cursos superiores de Economia, se estudar, de forma sistemática e aprofundada, a realidade económica portuguesa, apesar de a discipli-

na de Economia Portuguesa não fazer parte do elenco de matérias básicas definido pela Comissão Científica Nacional Interuniversitária de Economia para integrar os cursos de Economia da universidade portuguesa, nos termos do Decreto-Lei n.º 769-B/76.

Por outro lado, no que se refere a licenciaturas em Sociologia ou afins, embora não se disponha dos programas respectivos, assinale-se o seguinte:

- a existência de uma disciplina obrigatória de Economia e Sociedade Portuguesa no 4.º ano do plano de estudos da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, posteriormente substituída pela de Estruturas da Sociedade Portuguesa, com um programa de cariz mais histórico, embora procurando uma visão pluridisciplinar, incluindo a economia, da sociedade portuguesa;
- a existência de duas disciplinas obrigatórias semestrais de Sociedade e Economia Portuguesa (I e II) no 3.º e 4.º anos (5.º e 7.º semestres) da licenciatura em História e Ciências Sociais (ensino) da Universidade do Minho;
- a inexistência de disciplinas obrigatórias daquela índole na licenciatura em Sociologia do Instituto Universitário de Évora.

De todos estes elementos, pode concluir-se que existe, em geral, nesta área de licenciaturas (Ciências Sociais), uma certa preocupação em estudar a realidade económica portuguesa, reconhecendo-se a sua contribuição para a análise da realidade social mais vasta, embora nem sempre de forma autónoma e aprofundada.

3. O ENSINO DA ECONOMIA PORTUGUESA NO ISCTE⁷

A disciplina de Economia Portuguesa tem estado presente nos diversos planos de estudos dos diferentes cursos do ISCTE desde a sua origem, incluindo na sua «pré-história», uma vez que já fazia parte do elenco de disciplinas do curso do Instituto de Estudos Sociais (antecessor do ISCTE), como matéria obrigatória do 2.º ano (comum aos cursos de Administração Social de Empresas e de Política Social).

No que se refere propriamente ao ISCTE (criado pelo Decreto-Lei n.º 522/72, de 15 de Dezembro), deve ter-se em conta, na sua história, a existência dos seguintes cursos:

- bacharelato em Ciências do Trabalho (posteriormente substituído pelo de Sociologia), Economia e Organização e Gestão de Empresas, ministrados desde o início (excepto o de Sociologia) e todos já extintos;

- licenciatura em Ciências do Trabalho (extinta em 1974-1975 e substituída pela de Sociologia) e Economia (extinta em 1977-1978), ministrados desde o início;
- licenciatura em *Organização e Gestão de Empresas* (curso criado desde o início), *Sociologia* (criado em 1974-1975, para substituir o de Ciências do Trabalho, mas só aprovado em 1978) e *Antropologia Social* (aprovado em 1982), constituindo estes três os cursos actualmente existentes.

Considerando separadamente (por áreas científicas) aqueles cursos, pode sintetizar-se da seguinte forma a presença da Economia Portuguesa nos respectivos planos de estudos:

a) *Ciências do Trabalho* — figurava no 4.º ano (da licenciatura) como disciplina obrigatória, substituindo (a partir de 1974-1975) uma cadeira anterior de Política Económica Portuguesa;

b) *Economia* — fazia parte das matérias obrigatórias do 3.º ano⁸, sendo ainda de referir a existência esporádica de uma disciplina de Estrutura Industrial Portuguesa (funcionou no 4.º ano apenas no ano lectivo de 1974-1975);

c) *Organização e Gestão de Empresas* — só a partir do plano de estudos de 1975-1976 é que aparece como disciplina obrigatória do 3.º ano (surgindo também, por essa razão, no 5.º ano do plano de estudos de transição de 1976-1977), mudando para o 4.º ano no ano lectivo de 1978-1979, onde se manteve até que, em 1986-1987, regressou ao 3.º ano, de acordo com a actual estrutura curricular do curso, tendo naquele ano coexistido, por razões de transição curricular, como uma outra disciplina de Economia Portuguesa do 4.º ano⁹;

d) *Sociologia* — não fazia parte do plano de estudos inicial (1974-1975), mas já aparecia no de 1975-1976, como disciplina obrigatória do 3.º ano, passando a optativa no 5.º ano no de 1977-1978, seguidamente do 4.º ano (quando o curso foi reduzido para quatro anos — cf. portaria n.º 663/79, de 10 de Dezembro) e posteriormente oferecida como cadeira de opção simultaneamente ao 2.º e ao 3.º anos (de acordo com o plano de estudos de 1983, entrado em vigor em 1983-1984), até que em 1985-1986 deixou de figurar na estrutura curricular do curso de Sociologia, tendo sido substituído pela disciplina de Economia Regional. Reaparece agora no novo plano de estudos aprovado pela portaria n.º 680/86, de 13 de Novembro (cf. ponto 4. adiante);

e) *Antropologia Social* — não tem figurado nos planos de estudos deste curso.

Pode portanto concluir-se que a disciplina de Economia Portuguesa tem acompanhado, quase sem interrupções, os diferentes cursos minis-

trados no ISCTE (com uma excepção), desdobrando-se em conteúdos diferenciados, em função das especificidades de cada um.

De facto, e já não remontando aos cursos do IES, da análise dos sucessivos programas presentes nos cursos referidos sob a designação de Economia Portuguesa, ressaltam os seguintes aspectos:

- todos apresentam (obviamente) um tronco comum relativo à análise das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas, tomando 1974 como marco de delimitação temporal¹⁰;
- os programas destinados ao curso de Sociologia têm insistido sobretudo nos *aspectos e movimentos estruturais* da economia portuguesa, privilegiando ainda uma *abordagem histórica*;
- ao passo que os programas oferecidos em OGE cada vez mais se têm orientado para temas mais próximos da perspectiva empresarial, nomeadamente no que se refere ao padrão de especialização da economia portuguesa, à política económica dos últimos anos e aos desafios da modernização, dedicando ainda particular atenção às evoluções conjunturais¹¹;
- sublinhe-se, por último, a crescente «especialização» da Economia Portuguesa do curso de OGE, com um programa inicial de conteúdo muito semelhante ao do curso de Economia de então (o mais próximo dos contornos habituais naquela altura), vindo posteriormente a aprofundar a sua especificidade;
- enquanto que, no curso de Sociologia, não se deu um movimento de especialização de intensidade idêntica, aparecendo a disciplina de Economia Portuguesa como relativamente geral.

Desta «presença» de disciplinas de Economia Portuguesa nos vários cursos do ISCTE pode, portanto, colher-se alguns dados e sugestões interessantes quanto a eventuais revogações de conteúdos e/ou reforço de especificidades, em particular no que se refere à disciplina proposta neste relatório, beneficiando, desse modo, a nossa reflexão.

4. A DISCIPLINA DE ECONOMIA PORTUGUESA NA ESTRUTURA CURRICULAR ACTUAL DA LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA DO ISCTE

Como já se referiu, a disciplina de Economia Portuguesa figura no novo plano de estudos do curso de licenciatura em Sociologia do ISCTE (aprovado pela portaria n.º 680/86, de 13 de Novembro, com início no ano lectivo de 1986-1987, e implantação progressiva a partir de então), como matéria obrigatória do 2.º ano.

Atendendo à sua concepção, podem delimitar-se, naquela estrutura curricular, cinco grandes grupos disciplinares, no seio dos quais se articulam todas as unidades curriculares, assim distribuídas (cf. também fig. 1)¹²:

<i>A</i> — Formação sociológica de base (obrigatória)	6
Sociologia Geral	
Teorias Sociológicas I	
Teorias Sociológicas II	
Metodologia das Ciências Sociais	
Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica	
Sociologia das Classes Sociais e da Estratificação	
<i>B</i> — Formação sociológica complementar	
(áreas opcionais)	3 + Sem.
Três disciplinas de entre as designadas por:	
Introdução à Sociologia	
Seminário de Sociologia (especialização)	
<i>C</i> — Formação complementar em Ciências Sociais	
(obrigatórias)	5
Introdução à Antropologia	
Introdução à Economia	
<i>Economia Portuguesa</i>	
História Económica e Social	
História Contemporânea de Portugal	
<i>D</i> — Formação complementar em Métodos Quantitativos	
(obrigatórias)	2
Matemática para as Ciências Sociais	
Estatística para as Ciências Sociais	
<i>E</i> — Formação complementar opcional	4
Quatro disciplinas de entre várias optativas	
(de Sociologia e de outras Ciências Sociais)	

A disciplina de Economia Portuguesa pertence portanto à *zona de formação básica* (matérias obrigatórias), integrando-se no grupo das Ciências Sociais complementares e, dentro deste, na área de Economia.

Nestes termos, a sua posição no plano de estudos em questão define-se por um conjunto de articulações desejáveis¹³ de tipo horizontal e vertical, que se podem sintetizar como segue:

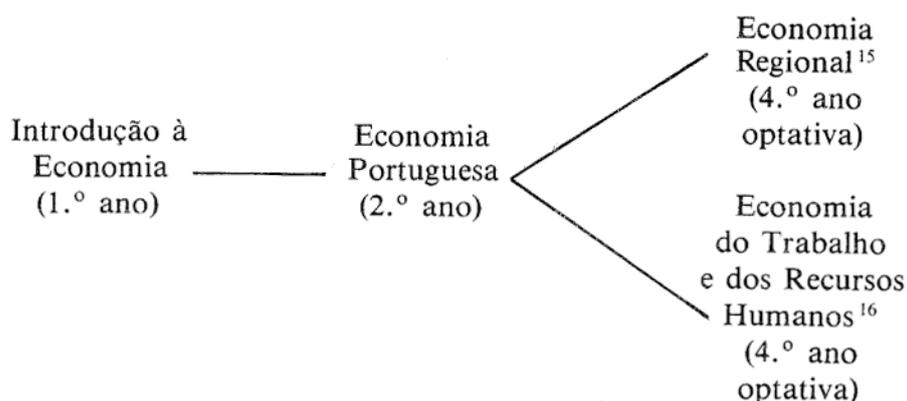
- como matéria de formação obrigatória deve contribuir para a coerência desse conjunto de treze unidades curriculares, de forma a dotar a licenciatura em Sociologia de uma base científica e pedagógica sólida;
- nesse contexto, assinala-se que as articulações mais interessantes (do ponto de vista da Economia Portuguesa) no seio

Fig. 1 — PLANO DE ESTUDOS ACTUAL DO CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA DO ISCTE
Articulação das unidades curriculares por áreas disciplinares e anos lectivos

1.º ANO	SOCIOLOGIA GERAL	TEORIAS SOCIOLOGICAS I	INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	MATEMÁTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
2.º ANO	METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	TEORIAS SOCIOLOGICAS II	HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL	ECONOMIA PORTUGUESA	ESTATÍSTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
3.º ANO	MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLOGICA	SOCIOLOGIA DAS CLASSES SOCIAIS E DA ESTRATIFICAÇÃO	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL	OPÇÃO	OPÇÃO
4.º ANO	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ...	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ...	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ...	OPÇÃO	OPÇÃO
9.º SEMESTRE	SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA				

daquele conjunto deveriam verificar-se *fundamentalmente a montante* desta disciplina com as seguintes cadeiras: Estatística para as Ciências Sociais, História Económica e Social (ambas do mesmo ano), História Contemporânea de Portugal, Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica¹⁴ e Sociologia das Classes Sociais e da Estratificação (todas situadas a jusante da Economia Portuguesa);

- como disciplina de formação básica pode (e deve) contribuir, de forma interessante, para enquadrar não só os Seminários (em particular os actualmente existentes: Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Política, Sociologia Rural, Sociologia do Trabalho e Sociologia Urbana), como também algumas das disciplinas de opção (como as sociologias especializadas — cf., a título de exemplo, o elenco de disciplinas do plano de estudos em vigor no ano lectivo de 1987-1988), privilegiando-se, neste caso, as articulações a jusante (ou, para algumas, em simultaneidade) para o que a disciplina de Economia Portuguesa *só ganharia em estar mais próxima das suas «clientes»*;
- refira-se por fim as articulações que deverão ocorrer no interior da «fileira económica», a que pertence esta disciplina:



As articulações no interior desta «fileira» serão evidentemente mais fáceis de estabelecer e coordenar dos pontos de vista científico e pedagógico, visto tratar-se de disciplinas pertencentes à mesma área científica — a área de Economia —, mas, embora sejam importantes e devam ser prosseguidas com particular empenho, não devem desviar a atenção e os esforços da busca de articulações com disciplinas das outras áreas científicas presentes na licenciatura de Sociologia (Antropologia Social, História, Métodos Quantitativos, Psicologia Social, além, evidentemente, de Sociologia).

De facto, estas relações interdisciplinares são uma condição essencial para a existência de uma estrutura curricular coerente e sólida, capaz de

dotar o futuro sociólogo de um conjunto articulado de instrumentos (sistema) de observação, análise e interpretação da realidade social.

Infelizmente, ainda não se avançou muito naquelas relações, competindo-nos, no âmbito deste relatório, equacionar algumas das articulações mais desejáveis (e possíveis) que passam pela Economia Portuguesa (cf. ponto seguinte).

Desde já se chama no entanto a atenção para o facto de nos parecer que esta disciplina está situada *cedo de mais* no plano de estudos, faltando-lhe articulações importantes a montante, justificando-se, portanto, um aparecimento mais tardio, na zona de fronteira entre a formação básica obrigatória e as especializações e/ou opções, de forma a também beneficiar as suas articulações a jusante¹⁷.

Na concepção deste plano de estudos não foi contudo possível conciliar todas as sequências e articulações desejáveis¹⁸, só nos restando tentar maximizar pontos positivos e minimizar os negativos da situação existente.

5. OBJECTO E CONTEÚDO DA DISCIPLINA PROPOSTA E ARTICULAÇÕES COM OUTRAS DISCIPLINAS¹⁹

Os objectivos desta disciplina enquadram-se, antes de mais, nos objectivos gerais que devem nortear as disciplinas da Área de Economia presentes numa licenciatura em Sociologia (neste caso do ISCTE), ou seja fornecer ao futuro sociólogo e às outras cadeiras do curso instrumentos (necessariamente de base teórica) de leitura e interpretação da realidade que lhe são próprios (à Ciência Económica) e que contribuem para uma melhor compreensão do social, dada a importância das imbricações e interrelações entre o económico e o social, como partes do mesmo todo.

Mais especificamente, cabe à Economia Portuguesa «cumprir» a sua parte naquele objectivo no que à realidade portuguesa diz respeito: ou seja reforçar a capacidade de entender e teorizar o real (da sociedade portuguesa) e de sobre ele agir, a partir da observação e da compreensão:

- dos seus mecanismos económicos (de funcionamento da economia), isto é das formas que assumem e das «leis» e coordenadas que regem e delimitam as actividades humanas da produção, da repartição, da reprodução (consumo) e da acumulação;
- dos comportamentos e das estratégias dos agentes e classes no exercício dessas actividades e das relações que, por isso, estabelecem entre si.

Nesta perspectiva, fica definido o *objecto* desta disciplina de Economia Portuguesa, como sendo o *estudo da componente económica da socie-*

dade portuguesa, na dupla vertente: 1) das formas assumidas pelas actividades da produção, da repartição, da reprodução e da acumulação das «leis» que as regem e dos princípios e mecanismos que as regulam (regulação) e 2) dos comportamentos, estratégias e relações estabelecidas pelos agentes económicos e classes sociais no seu decurso.

Esta segunda vertente está aliás intimamente ligada à «pertença» desta disciplina ao curso da licenciatura em Sociologia do ISCTE e pretende ser uma das apostas importantes do seu conteúdo.

Sublinhe-se a propósito (e a tempo) que tal não representa uma «traição» à natureza económica da disciplina, tanto mais que a Ciência Económica não se coíbiu, na sua já longa história, de privilegiar várias vezes esta perspectiva, desde Ricardo (com a sua visão pessimista do crescimento económico, baseada nos conflitos de motivações e de comportamentos de duas classes sociais — proprietários agrícolas e empresários —, com os trabalhadores a assistirem passivamente) e Marx (com o papel central atribuído às relações sociais de produção e à luta de classes no funcionamento e no devir da economia e da história), passando pelos neo-clássicos (com as suas teorias do consumidor e do produtor, tendo como eixos explicativos os comportamentos na margem de tipo maximizador), por Schumpeter (com a sua teoria do empresário e das suas motivações), até chegar aos teóricos da escola da regulação (quando integram os mecanismos institucionais e comportamentais no conceito de regulação).

Mas, para além do que já se disse sobre o objecto da Economia Portuguesa, das articulações com outras disciplinas atrás definidas como preferenciais (cf. ponto 4), resultam opções de conteúdo que se transformam em eixos dominantes do seu programa.

Assim:

a) A tomada em consideração de uma certa «visão sociológica» da economia portuguesa (através dos comportamentos e das estratégias dos agentes económicos e das relações entre si), prende-se, como se disse, com o «edifício curricular» ocupado pela disciplina, mas está também no centro das articulações desejáveis com a cadeira de Sociologia das Classes e da Estratificação (3.º ano), só que, dada a inversão da sequência curricular mais lógica (na perspectiva da Economia Portuguesa, evidentemente), não pode colher dela grandes «economias externas».

Contudo, no sentido de «rendibilizar» de alguma maneira as potencialidades contidas nas relações entre as duas cadeiras, optou-se por introduzir (antecipando) algumas das problemáticas da(s) teoria(s) das classes e da estratificação, no que elas podem ter de úteis para a análise da economia portuguesa, privilegiando o apoio bibliográfico oriundo daquela disciplina, ao mesmo tempo que se lhe deixam pistas, questões e aplicações que ela poderá retomar com utilidade e a profundidade necessária.

b) Por outro lado, as articulações já definidas com a disciplina de Introdução à Economia (1.º ano), asseguram à Economia Portuguesa as bases teóricas, metodológicas e instrumentais mais importantes, o que não invalida a necessidade de definir espaços teóricos que lhe sejam próprios (como se verá adiante), em matérias que não é possível abordar na cadeira do 1.º ano, por falta de tempo ou por extemporaneidade²⁰.

c) Outro dos *inputs* instrumentais deve ser procurado na disciplina de Estatísticas para as Ciências Sociais (2.º ano), embora a contemporaneidade prejudique as articulações entre as duas cadeiras, conquanto as não inviabilize completamente.

Este, aliás, é um dos pontos mais sensíveis e essenciais desta teia de articulações que aqui tentamos descrever tendo como centro a disciplina de Economia Portuguesa, visto tratar-se, no fundo, de um teste à validade do atributo «para as Ciências Sociais» acrescentando a Estatística, numa área científica (a economia) que, sendo dentro das Ciências Sociais, a que «melhor se dá» com os métodos quantitativos, pode contribuir, de forma importante, para quebrar a desconfiança com que a Sociologia (não seria mais correcto escrever: os estudantes de Sociologia com deficiente preparação matemática?) tem tradicionalmente encarado a utilização de métodos de análise quantitativa.

Nestes termos há toda a vantagem (em vários sentidos, até em nome do carácter económico da cadeira) em dar um peso importante, no programa desta disciplina e nos métodos de ensino prático adoptados à utilização de técnicas de análise quantitativa, relevando pelo menos da Estatística Descritiva, senão mesmo da Análise de Dados²¹, tendo porém o cuidado de não exceder os limites daquilo que os estudantes do 2.º ano do curso de Sociologia do ISCTE estão, no estado actual, em condições de ingerir... sem riscos de «indigestão quantitativa».

Simultaneamente, a disciplina de Economia Portuguesa pode (e deve) prestar um serviço de sentido contrário à de Estatística para as Ciências Sociais, na medida em que lhe oferecer um campo de aplicações imediatas²² para as técnicas aí apresentadas.

d) Já as articulações com a disciplina de Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica (3.º ano), cujo «diálogo» com os métodos e técnicas próprios da investigação económica se adivinha frutuoso para ambos os lados, não parecem passíveis de concretização a curto prazo, pelo seu «desencontro» curricular²³ e pela longa situação de «costas viradas» em que têm vivido, exigindo uma aproximação mais lenta.

e) Outra articulação importante, mas claramente a montante, deveria dar-se com as cadeiras de História Económica e Social (2.º ano) e História Contemporânea de Portugal (3.º ano) de am-

bas devendo a disciplina aqui apresentada receber o enquadramento histórico que situasse as trajectórias seculares percorridas pela sociedade portuguesa (aos níveis *económico, social, político e cultural*), no contexto da evolução mundial, perspectiva sem a qual não é possível compreender as camadas que foram sedimentando a economia portuguesa naquilo que ela é hoje²⁴; uma economia considerada «não desenvolvida»²⁵, situada na periferia da Europa e tida por alguns autores como semiperiférica²⁶.

Uma vez que este *input* não «chega a tempo», e dada a importância de ter em conta aquele enquadramento, consideramos fundamental a inclusão, no programa desta cadeira, de uma introdução histórica, ainda que necessariamente breve.

f) As articulações a jusante com as disciplinas (de opção do 4.º ano) de Economia Regional e Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos fornecem à cadeira aqui proposta a oportunidade de introduzir a questão das diferenciações regionais da economia portuguesa e uma primeira abordagem dos temas ligados ao funcionamento do mercado de trabalho e aos modos de gestão da mão-de-obra (nomeadamente na perspectiva, atrás apresentada, dos comportamentos e das estratégias dos agentes e das classes sociais em presença), integrando ambas na análise mais global da economia portuguesa, o que, por outro lado, pode (e deve) constituir uma boa base de partida e de enquadramento das especializações desenvolvidas por aquelas duas cadeiras.

É portanto óbvia a contribuição positiva que esta disciplina pode dar àquelas, tanto mais que estão as três englobadas na mesma área científica (economia), o que não deixa de facilitar os contactos e articulações, em particular no que se refere à Economia Regional (cuja coordenação nos incumbe e onde também leccionamos)²⁷.

g) Como já se referiu, esta cadeira tem uma contribuição importante a dar aos seminários de especialização, na medida em que a sua vocação principal consiste na orientação dos estudantes em pesquisas sistemáticas e aprofundadas sobre a realidade social (nas áreas, actualmente existentes, do desenvolvimento, da política, do trabalho e das questões rurais e urbanas), levando-os a uma aproximação e a um contacto mais íntimo com essa realidade, podendo funcionar também como zona de passagem para o mercado de trabalho desses futuros sociólogos.

Nessa medida (e embora os seminários não se esgotem nesta vocação), à Economia Portuguesa cabe um papel de enquadramento daquelas pesquisas, quando elas visem a sociedade portuguesa, fornecendo-lhes algum do «pano de fundo» (no que se refere nomeadamente às hipóteses globais de funcionamento, na

sua vertente económica, e aos mecanismos e comportamentos económicos) de que elas carecem.

Mais precisamente, e atendendo aos seminários de especialização actualmente existentes, nesta perspectiva devem ser privilegiados os grandes temas referentes a:

- *processos de mudança na economia portuguesa no contexto dos processos de mudança da economia mundial* (Seminários de Sociologia do Desenvolvimento e, em parte, de Sociologia Política);
Problemas de funcionamento do mercado de trabalho, assumindo-se a montante da cadeira de opção de Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos (Seminário de Sociologia do Trabalho);
- *comportamentos e estratégias dos agentes económicos e das classes sociais*, no que eles significam de relações de poder (Seminário de Sociologia Política);
- *questões de desenvolvimento regional e local e de ordenamento espacial*, situando-se a montante da cadeira de opção de Economia Regional (Seminários de Sociologia Rural e de Sociologia Urbana);
- *formas e modalidades de regulação económico-social diferenciadas no espaço*, idem (idem).

h) Finalmente, são de potenciar algumas articulações interessantes com disciplinas de opção, de formação complementar e sociologias especializadas, todas situadas no 3.º e/ou 4.º anos, e portanto a jusante da Economia Portuguesa.

Das actualmente existentes parecem, à partida, mais vocacionadas para tal as seguintes²⁸:

Optativas (3.º ano)

Informática para as Ciências Sociais
no campo das aplicações)
Sociologia da Vida Quotidiana

Disciplinas de Formação complementar (4.º ano)

História da Colonização Portuguesa
Psicologia Social Aplicada
(quanto aos comportamentos dos agentes
económicos)

Sociologias especializadas (4.º ano)

Informática para as Ciências Sociais
(ver atrás)

Sociologia da Educação
 (articulando com os problemas do mercado de trabalho)
 Sociologia da Vida Quotidiana
 Sociologia das Organizações
 (nas suas aplicações à economia portuguesa)
 Sociologia da População.

É nesta cadeia de articulações, onde se cruzam «solicitações» alheias e objectivos próprios, que se *deveria* situar o conteúdo da disciplina de Economia Portuguesa aqui abordada.

Seria contudo utópico e até contraproducente esperar que tal ocorresse em todas as vertentes atrás referidas, não só porque seria impossível atender a todas elas em simultâneo, como também porque, mesmo que o não fosse, tal significaria seguramente o estilhaçamento e a pulverização do seu conteúdo, perdendo identidade e «personalidade» próprias.

Ora esta disciplina, reconhecendo-se como parte do curso da licenciatura em Sociologia do ISCTE (o que tem sido repetidamente afirmado), não pode perder a sua autonomia e identidade científicas, que têm a ver com a *análise económica da economia portuguesa*.

Atendendo a tudo o que ficou dito, e ao facto de esta cadeira dever articular três componentes metodológicas²⁹, a saber:

- *componente teórica* (em articulação com Introdução à Economia, mas também com espaço próprio);
- *componente de economia aplicada* (ligação às fontes estatísticas e outras e às técnicas de tratamento de dados);
- *componente de aproximação à realidade* (de forma a fazer sentir de perto as características e a evolução da economia portuguesa, através da realização de sessões de seminário, colóquios, entrevistas e trabalhos de campo, etc.);

consideramos que no seu conteúdo devem constituir *eixos nucleares*:

- a análise dos processos de mudança que, no contexto da evolução da economia mundial, vêm atravessando a economia portuguesa desde o final da segunda guerra mundial, materializando-se em *mudanças de estruturas*³⁰ e em estratégias diferenciadas dos agentes económicos;
- a análise dos comportamentos e das estratégias destes agentes (enquanto grupos institucionais e funcionais e enquanto classes sociais) no contexto daquelas mudanças;
- a análise da posição de Portugal e da sua evolução enquanto país da periferia europeia (semiperiférico, semi-industrializado, não desenvolvido?) no sistema produtivo mundial e no sistema produtivo europeu.

Nestes termos, o programa desta disciplina estrutura-se em quatro partes (cf. ponto seguinte), assim caracterizadas:

— Uma primeira em que se procura definir os enquadramentos metodológico, teórico e histórico das opções de conteúdo feitas, nomeadamente quanto aos conceitos, associados aos processos de mudança, aos problemas que põem uma análise da economia portuguesa em termos de comportamentos e estratégias de agentes³¹ (que critérios, grelhas e terminologias) e à problemática das economias intermédias, concluindo com uma apresentação, necessariamente rápida, dos principais fundamentos históricos da estruturação da economia portuguesa.

— Uma segunda parte, abordando os grandes movimentos estruturais que atravessam a economia portuguesa desde final da segunda guerra mundial, com o objectivo de captar o sentido dos processos de mudança nela ocorridos, enquanto resultantes de dinâmicas internas e externas (inseridas na evolução económica mundial).

Essa análise implica logicamente uma referência a umas e outras e o recurso a conceitos teóricos (como os de internacionalização dos mercados, dos capitais e da produção, transnacionalização, crise e regulação) que as situam e lhes dão sentido.

Como não poderia deixar de ser esta parte é atravessada pelos três eixos nucleares atrás referidos, mas de uma forma mais genérica e visando grandes caracterizações.

— É na terceira parte que esses três eixos serão abordados de forma mais sistemática e aprofundada, correspondendo à *parte central do programa* e ao objectivo privilegiado de um trabalho de investigação a realizar pelos estudantes.

Nela serão analisadas as mudanças de estruturas ao nível mesoeconómico (sectorial e regional, no caso), os comportamentos e estratégias dos principais grupos de agentes económicos e a evolução da posição da economia portuguesa no seio da economia mundial e europeia.

— Finalmente, numa quarta parte, de natureza prospectiva, procura-se situar os principais desafios com que se defronta a economia portuguesa, no contexto daquilo que se pode chamar «os futuros da economia mundial»³², aos níveis demográfico, tecnológico, energético, da inovação social e daquilo a que se chama comumente «os desafios europeus» (de ordem económica e geoestratégica, sem se reduzirem aos que resultam da integração na CEE). Prevê-se ainda uma referência final à temática das estratégias de desenvolvimento como eventual instrumento de resposta àqueles desafios.

Trata-se, é forçoso reconhecê-lo, de um programa bastante ambicioso, mas a importância dos temas propostos (nos contextos disciplinares atrás enunciados) e a coerência que se procurou atribuir-lhe, justificam algumas opções pedagógicas que o tornarão exequível em boas condições e sem pôr em causa a captação, por parte dos alunos, das características fundamentais da economia portuguesa e, sobretudo, a aprendizagem e desenvolvimento de uma capacidade de observação e interpretação daquela.

Seria, no entanto, estultícia da nossa parte não reconhecer que, tratando-se para mais de uma disciplina nova, só a experiência pedagógica permitirá ir testando o programa, a sua organização e articulações internas, o que exige uma constante avaliação das aulas e dos processos pedagógicos utilizados, em conjunto com os próprios estudantes.

Nesse sentido, este programa (como todo e qualquer programa), contém uma certa dose de provisoriedade e expectativa, que nos coube, evidentemente, tentar minimizar.

6. PROGRAMA

Conforme se disse atrás, o programa da disciplina de Economia Portuguesa divide-se em quatro partes:

- PARTE I — ENQUADRAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO E HISTÓRICO DE PARTIDA
- PARTE II — OS GRANDES MOVIMENTOS ESTRUTURAIS QUE ATRAVESAM A ECONOMIA PORTUGUESA DESDE O FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
- PARTE III — ESTRUTURAS, COMPORTAMENTOS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS NA ECONOMIA PORTUGUESA
- PARTE IV — DESAFIOS DO FUTURO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Esta divisão em partes é, de seguida, decomposta em capítulos e subcapítulos, no interior dos quais se indicam *os pontos de sumário mais importantes*, que não devem ser entendidos como temas a desenvolver, *mas apenas como tópicos de referência*.

A decomposição fundamental do programa comporta, portanto, *três níveis*: partes, capítulos e subcapítulos.

PARTE I**ENQUADRAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO
E HISTÓRICO DE PARTIDA****Capítulo 1****Opções metodológicas e referenciais teóricos**

- 1.1. Processos de mudança e conceitos associados (uma revisão crítica)
 - *Desenvolvimento, crescimento e industrialização;*
 - *Subdesenvolvimento e atraso;*
 - *Progresso e modernização.*

- 1.2. Agentes e comportamentos — uma nova perspectiva para a análise económica
 - *Mudanças e agentes: a necessidade de estudar a economia a partir das estratégias e dos comportamentos dos agentes nos processos de mudança;*
 - *Da(s) teoria(s) das classes sociais à busca de novos modelos, grelhas e terminologias de análise dos agentes económicos e sociais;*
 - *As contribuições da Sociologia e da Psicologia Social para a análise económica: novos rumos para a interdisciplinaridade no seio das Ciências Sociais.*

- 1.3. A integração diferenciada na economia mundial e na DIT — a problemática dos países intermédios
 - *O sistema mundial e os conceitos de centro e periferia e de dependência;*
 - *A necessidade de definir um lugar teórico intermédio: referência aos conceitos de semiperiferia e semi-industrialização.*

Capítulo 2**Os principais fundamentos históricos
da estruturação da economia portuguesa
(breve introdução histórica)**

- 2.1. Processos de mudança na história económica da era industrial
 - o crescimento económico moderno nas suas grandes linhas

- *Revolução Industrial e capitalismo;*
- *Capitalismo e relações coloniais;*
- *Os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e a acumulação à escala mundial.*

2.2. A inserção de Portugal no crescimento económico moderno

- *O papel de Portugal na Revolução Comercial*
- *sécs. XV e XVI;*
- *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal, as colónias e os ingleses.*

2.3. O salazarismo, etapa do capitalismo em Portugal

- *Conflitos de classes e impasses na sociedade portuguesa na I República;*
- *Salazar, a ordem e a acumulação de capital;*
- *A aliança agrário-industrial.*

PARTE II

OS GRANDES MOVIMENTOS ESTRUTURAIS QUE ATRAVESSAM A ECONOMIA PORTUGUESA DESDE O FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Capítulo 3

Processos de internacionalização e transnacionalização no período do pós-guerra

- 3.1. A «herança» da segunda guerra mundial: uma nova configuração geoestratégica e económica do mundo
 - *A emergência da hegemonia norte-americana;*
 - *A partilha da Europa e o alastramento para o mundo da divisão Leste-Oeste;*
 - *A descolonização e a emergência do Terceiro Mundo;*
 - *RFA e Japão: o renascimento das cinzas da derrota;*
 - *A Europa em reconstrução e o auxílio norte-americano.*
- 3.2. Da internacionalização dos mercados à do capital e da produção. Os movimentos de integração (formal e informal) na Europa
 - *O crescimento económico da economia europeia e o desenvolvimento das trocas: a internacionalização dos mercados;*

- *Da liberalização das trocas à união aduaneira e ao mercado comum; a RFTA e a CEE;*
- *A emigração dos capitais e dos homens: a internacionalização do capital, da produção e da reprodução;*
- *As estratégias das multinacionais.*

3.3. A transnacionalização da economia mundial e o papel das empresas transnacionais (ETN)

- *Da multinacionalidade à transnacionalidade; as ETN na economia mundial;*
- *A perda de coerência dos sistemas produtivos nacionais.*

Capítulo 4

O crescimento industrial e a abertura crescente da economia portuguesa: dos anos 50 ao princípio dos anos 70

4.1. Da aliança agrário-industrial ao crescimento industrial com estagnação agrícola

- *Salazarismo e alianças no poder: o país rural;*
- *Ferreira Dias e o industrialismo do pós-guerra com acento na substituição de importações;*
- *O crescimento industrial extrovertido dos anos 60;*
- *A desarticulação das bases agrícolas e rurais da economia e da sociedade portuguesa;*
- *A presença do capital e da tecnologia estrangeiros na economia portuguesa;*
- *A nova política industrial do princípio dos anos 70 e as pesadas apostas industriais e estratégicas.*

4.2. Do «mercado único português» aos acordos com a CEE (1972), passando pela EFTA e pela emigração: a longa descoberta do caminho terrestre para a Europa

- *As funções e o peso das colónias na economia portuguesa;*
- *As guerras coloniais, a reorientação das relações coloniais e a presença de interesses estrangeiros;*
- *A abertura crescente (e necessária) da economia portuguesa e a entrada de Portugal nos movimentos de integração europeia: a via marítima e formal (EFTA) e a via terrestre e informal (emigração);*
- *A viragem para a CEE: as vias formais e informais.*

Capítulo 5

Crescimento, regulação e crise na economia mundial

- 5.1. Para uma reinterpretação do processo de desenvolvimento capitalista: uma referência à(s) escola(s) da regulação
- *Acumulação, crescimento e factores de crise na economia capitalista mundial (de meados dos anos 60 a meados dos anos 70);*
 - *O conceito de regulação na Ciência Económica e sua contribuição para uma reinterpretação dos processos de expansão e crise da economia capitalista;*
 - *A crise actual e os seus mitos.*
- 5.2. Os processos de ajustamento face à crise
- *O papel do Estado e da política económica em revisão;*
 - *Novos modos de gestão da mão-de-obra;*
 - *A deslocação das indústrias e os novos países industrializados (NPI);*
 - *Novas tecnologias e processos produtivos e organizacionais;*
 - *O recurso à dívida externa, uma arma de dois gumes.*

Capítulo 6

Processos de crise, transformação e reajustamento na economia portuguesa no período pós-1974

- 6.1. Rupturas e mudanças em 1974-1975
- *Da desagregação do anterior regime à tentativa de construção da sociedade socialista;*
 - *Os processos de descolonização e seu impacte na economia e na sociedade portuguesa;*
 - *A Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário: a busca de um novo modelo de funcionamento da economia;*
 - *Mercado de trabalho: a emergência tardia de uma relação salarial de tipo monopolista.*
- 6.2. O pós-1975: à procura de um novo modelo de acumulação e de funcionamento da economia portuguesa
- *Crescimento, desemprego, inflação, défice externo e défice orçamental: os estigmas de um círculo vicioso só aparentemente conjuntural;*

- *O agravamento da dívida externa e do constrangimento externo da economia portuguesa;*
- *Estado e iniciativa privada; nacionalizações e privatizações; formas alternativas de propriedade e de gestão do capital — as configurações do sistema económico em discussão;*
- *Inflação, consumo e austeridade — uma presença profunda na economia portuguesa;*
- *Formas de acumulação e distribuição do rendimento — uma análise sugestiva dos processos de ajustamento/desajustamento ocorridos na economia portuguesa.*

6.3. O processo de integração (formal) de Portugal na CEE

- *As etapas de um processo demorado e as suas motivações políticas e económicas;*
- *Estratégias e comportamentos dos agentes económicos em face da adesão.*

PARTE III

ESTRUTURAS, COMPORTAMENTOS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS NA ECONOMIA PORTUGUESA

Capítulo 7

Uma perspectiva mesoeconómica

7.1. Breve panorâmica sectorial

- *Referência às metodologias de decomposição do sistema produtivo;*
- *Os dinamismos diferenciados: uma estrutura produtiva em transformação;*
- *Sectores em crise e sectores em expansão;*
- *Articulações e desarticulações no sistema produtivo: as relações inter-industriais;*
- *Pólos de especialização, auto-suficiência e dependência: os mercados externos e o mercado interno;*
- *Penetrações sectoriais do investimento e da tecnologia estrangeiros.*

7.2. Introdução à análise regional

- *Os desequilíbrios regionais em Portugal: uma primeira aproximação com base em dados demográficos, económicos e sociais;*
- *Dinâmicas regionais diferenciadas: uma abordagem preliminar em termos explicativos;*
- *Regiões e desenvolvimento regional em Portugal.*

8.4. Agentes externos na economia portuguesa: uma presença crescente

- *Empresas estrangeiras, investimento e tecnologias: perfis e estratégias;*
- *A dívida externa e o FMI;*
- *O produtor e o consumidor da CEE, nossos parceiros.*

8.5. Regressos e reestruturações demográficas, económicas, sociais e culturais na sociedade portuguesa: emigrantes regressados e retornados

- *Emigração e regresso: a mão-de-obra, as poupanças, os consumos, as actividades produtivas e as influências sociais e culturais;*
- *Retornados: uma dinâmica de reintegração muito própria.*

8.6. Estratégias camponesas e papel da agricultura na economia portuguesa

- *A economia camponesa em Portugal e a sua evolução recente; factores e características;*
- *A agricultura a tempo parcial na economia portuguesa e formas de regulação económico-social.*

8.7. Família e estratégias de reprodução

- *Necessidades de reprodução, evolução da norma de consumo e estratégias familiares de resposta;*
- *O trabalho doméstico e a reprodução mercantil.*

8.8. Formas de aplicação das poupanças: da Bolsa (princípio dos anos 70) à Bolsa (final dos anos 80), passando pela banca e pela D. Branca

- *Formação de rendimentos e de poupanças na economia portuguesa;*

- *O modelo de acumulação e a captação de poupanças; os intermediários financeiros e os estímulos ao investimento;*
- *Estratégias de aplicação de poupanças e seu impacte na economia portuguesa;*
- *A «febre da Bolsa» do final dos anos 80 e a memória do princípio dos anos 70; comportamentos bolsistas.*

Capítulo 8

Estratégias e comportamentos dos principais agentes económicos presentes na sociedade portuguesa e respectivas articulações e áreas conflituais³³

- 8.1. O papel do Estado na economia portuguesa; configurações da política económica
 - *A presença do Estado na economia portuguesa e as suas múltiplas formas; Administração Central e Local; sector público empresarial;*
 - *Características da política económica recente;*
 - *Estatização e privatização — à procura de um novo lugar para o Estado na economia portuguesa.*

- 8.2. A situação do mercado de trabalho e a estratégia dos trabalhadores
 - *Evolução recente e características actuais do mercado de trabalho;*
 - *Norma salarial e modos de gestão da mão-de-obra;*
 - *Sindicatos e estratégias dos trabalhadores; zonas de conflitualidade.*

- 8.3. O tecido empresarial português: características, comportamentos, limitações e potencialidades em face dos desafios da CEE
 - *A recomposição da iniciativa privada em Portugal;*
 - *Empresários e sectores: tradicionalismo e modernização; estratégias e comportamentos; o(s) perfil(is) dos empresários portugueses;*
 - *Formas associativas e organizacionais; estratégias de negociação e comportamentos no mercado de trabalho;*
 - *As PME e o seu peso na economia portuguesa;*
 - *Os empresários portugueses perante a CEE.*

PARTE IV**DESAFIOS DO FUTURO
E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO****Capítulo 10****A economia portuguesa perante os desafios do futuro**

10.1. Perspectivas demográficas

- *A evolução demográfica em Portugal no contexto do envelhecimento da população na Europa;*
- *Expectativas demográficas diferenciadas no espaço português.*

10.2. Os desafios da modernização da economia portuguesa

- *A evolução tecnológica e a sua difícil penetração na economia portuguesa; referência ao Plano Tecnológico Nacional;*
- *Dependência energética da economia portuguesa e formas novas de energia; referência ao Plano Energético Nacional;*
- *Reestruturações sectoriais; referência ao Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego (PCE-DED) e aos planos específicos sectoriais (PEDAP e PEDIP);*
- *O desafio da inovação social: mudanças e agentes de mudança na economia portuguesa.*

10.3. O «desafio europeu»

- *A economia portuguesa perante os desafios da CEE; referência ao Acto Único Europeu;*
- *Portugal na Europa dos blocos geoestratégicos.*

Capítulo 11**Repensar o desenvolvimento e definir estratégias**

- *A construção do futuro da Humanidade: que modelo(s) de desenvolvimento?*
- *Estratégias de desenvolvimento: conceito, modalidades e níveis e áreas de intervenção.*

NOTA — A inclusão, no programa, do subcapítulo 2.1. e dos capítulos 3 e 5, cobrindo matérias já introduzidas na disciplina de Introdução à Economia do 1.º ano, não pretende sobrepor-se a esta, mas antes aprofundar um ou outro aspecto mais específico e acrescentar outros não considerados anteriormente, *tendo em vista o enquadramento teórico e factual do subcapítulo (2.2.) e capítulos (4 e 6, respectivamente) que se lhes seguem.*

A introdução (de forma genérica) a esses temas no 1.º ano permite exactamente abordá-los aqui mais especificamente (de forma mais *orientada*) e de maneira breve.

NOTAS

¹ Contando, para isso, com as sugestões e críticas do Prof. Alfredo de Sousa.

² Queremos aqui expressar o nosso agradecimento à colaboração que obtivemos, nas nossas pesquisas, dos serviços académicos do Instituto Superior de Economia de Lisboa (ISE), Faculdade de Economia e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

³ Refira-se, entre outros, o facto de não termos feito um levantamento sistemático de todos os currículos e programas em todas as universidades portuguesas.

⁴ Cf. *ISE — 75 Anos ao Serviço do Ensino, da Investigação e da Sociedade*, brochura editada pelo ISE, Dezembro de 1986, p. 1.

⁵ Cf. sobretudo *Portugal Económico e Financeiro*, 2 vols., Lisboa, 1937.

⁶ O que já não é uma constante nos cursos de Gestão de Empresas.

⁷ Devemos manifestar aqui os nossos maiores agradecimentos à D. Carmelita da Cunha, dos Serviços Académicos do ISCTE, que nos prestou todo o apoio na recolha dos elementos utilizados neste ponto.

⁸ Refira-se a nossa passagem por esta disciplina no ano lectivo de 1974-1975, como se assinalou no ponto 1.

⁹ Cujas criação, coordenação e leccionação teórica nos foram cometidas, conforme se assinalou no ponto 1.

¹⁰ Aqueles onde menos se evidencia esta característica são os programas propostos para o curso de OGE (cf., por exemplo, o referente ao ano lectivo de 1987-1988), mas não deixa de estar neles implícita.

¹¹ Saliente-se ainda a tentativa (por nós empreendida) de introduzir a problemática dos agentes económicos (empresários e trabalhadores, fundamentalmente) na análise da economia portuguesa realizada no âmbito da licenciatura de OGE.

¹² Cf. documentos preparatórios do plano de estudos em questão.

¹³ No sentido em que essas articulações, embora importantes e necessárias, não acontecerão naturalmente, antes devem ser desenvolvidas (quanto possíveis...).

¹⁴ Neste caso haveria algum interesse na simultaneidade.

¹⁵ Disciplina de formação complementar (optativa), actualmente do 4.º ano, dirigida, preferencialmente aos alunos que frequentam os Seminários de Sociologia Rural, Sociologia do Trabalho e Sociologia Urbana.

¹⁶ Disciplina de formação complementar (optativa), actualmente do 4.º ano, apoiando o Seminário de Sociologia do Trabalho.

¹⁷ Veja-se o que se passa nas licenciaturas em Economia, OGE e Sociologia referidas no ponto 2, onde essa disciplina figura nos últimos anos.

¹⁸ Uma solução possível talvez pudesse ter sido (noutras circunstâncias) trocar as fileiras obrigatórias de História e Economia.

¹⁹ Na definição do objecto e conteúdo da disciplina proposta pudemos beneficiar (directa e indirectamente) das reflexões, contribuições e experiências pedagógicas partilhadas com colegas nossos da Área de Economia do ISCTE, cabendo realçar, por mais directamente implicados: Mário Murteira (Introdução à Economia); Anália de Aguiar, A. Oliveira das Neves, Eduardo Coelho e J. Ferreira Baptista (da equipa de Economia Portuguesa do 4.º ano de OGE de 1986-1987, com quem tivemos o prazer de trabalhar); Raul Lopes (com quem parti-

lhamos a leccionação de Economia Regional); Maria João Rodrigues (Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos); e E. Ferro Rodrigues e F. Cordovil (da equipa de Economia Portuguesa da licenciatura da OGE).

Importantes também foram a colaboração e as pistas fornecidas por colegas nossos de outras áreas, nomeadamente: Raul Iturra (Antropologia Social), Magda Pinheiro (História), Nuno Salgado (Métodos Quantitativos), Jorge Vala (Psicologia Social) e António F. Costa e Rui Pedro Pires (Sociologia). Aqui fica o nosso agradecimento e o devido realce.

²⁰ Para reforçar estas articulações entre as duas disciplinas estão previstas, no ano lectivo de 1987-1988, reuniões periódicas entre as duas equipas docentes, com o objectivo de proceder à avaliação contínua dos conteúdos e das pedagogias (tanto mais que se trata de cadeiras novas).

²¹ De mais difícil utilização, dada a impreparação dos alunos em geral, embora a intenção de introduzir essa matéria no programa de Estatística para as Ciências Sociais já no ano lectivo de 1987-1988 abra melhores perspectivas (que contudo poderiam ser mais interessantes, repete-se, se a Economia Portuguesa estivesse a jusante daquela disciplina, o que não acontece actualmente).

²² Nesta perspectiva existem vantagens na contemporaneidade.

²³ Defende-se aqui a simultaneidade ou, quando muito, a sequência inversa da actual.

²⁴ A título ilustrativo merecem especial destaque, porque particularmente interessantes e indicadas para o fim aqui em vista, as investigações de Armando CASTRO (com várias obras publicadas, cobrindo a evolução económica desde o século XII até aos nossos dias), Mário MURTEIRA (particularmente em *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*, Ed. Presença/GIS, Lisboa, 1979) e Miriam Halpern PEREIRA (também com vários trabalhos publicados, permitindo-nos destacar, pela sua visão de síntese: *Política e Economia (Portugal nos Sécs. XIX e XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1979).

²⁵ Cf. Alfredo MARQUES e António ROMÃO, «Croissance et crise de l'économie portugaise /1960-1982», in *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 1, Out.-Dez. 1983, p. 51.

²⁶ Entre os autores portugueses que vêm estudando a economia portuguesa nesta óptica destacam-se, pelas reflexões já apresentadas, Mário Murteira e Boaventura de Sousa Santos.

²⁷ Juntamente com outro docente (Raul Lopes).

²⁸ Nalguns casos existem já contactos muito preliminares.

²⁹ Agradecemos ao Dr. A. Oliveira das Neves as sugestões que tão utilmente nos transmitiu sobre este ponto.

³⁰ No sentido que lhe dá F. Perroux.

³¹ Incluindo a própria precaridade e fragilidade do termo «agentes» que aqui se utiliza num sentido preliminar e provisório.

³² Assim referenciado no programa de Introdução à Economia, constituindo um *input* fundamental para esta parte.

³³ Os tópicos indicados em cada subcapítulo *destinam-se a fornecer pistas para os trabalhos de investigação dos estudantes* sobre esta parte, não devendo ser encarados como alíneas de exposição, sendo, no entanto, objecto de referências introdutórias nas aulas.

³⁴ Dadas as características deste capítulo (correspondendo aos trabalhos nucleares dos estudantes) este subcapítulo assumirá a forma de painel, reunindo todos os grupos de trabalho com as respectivas conclusões.